



DESAFIO DO INGRESSO E A BATALHA PELA PERMANÊNCIA: DISCUSSÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Maria do Socorro Barbosa e Silva¹
José Antônio Torres González²

RESUMO

A equidade está profundamente relacionada com o acesso dos membros da sociedade à educação em geral e ao ensino superior em particular. É esta última que impulsiona a mobilidade social, que é uma das condições para uma maior equidade na sociedade. O ensino superior afeta a ampliação da inclusão social, a distribuição de renda, a inserção no mercado de trabalho, a apropriação de bens culturais e, em geral, no desenvolvimento de capacidades individuais e sociais. Por esses motivos, este estudo objetiva, por meio de uma pesquisa bibliográfica, categorizar as dificuldades para a inserção de estudantes no ensino superior, considerando os desafios da permanência e posterior conclusão. Tal pesquisa contribuirá para avaliar e acompanhar os resultados sociais, econômicos e culturais decorrentes da sua função formativa e para oferecer alternativas políticas, destinadas a melhorar os seus resultados em termos de equidade social.

Palavras-chave: Ensino Superior; Ingresso; Permanência.

ABSTRACT

Equity is deeply related to the access of members of society to education in general and to higher education in particular. It is the latter that drives social mobility, which is one of the conditions for greater equity in society. Higher education affects the expansion of social inclusion, income distribution, insertion in the labor market, the appropriation of cultural goods and, in general, the development of individual and social capacities. For these reasons, this study aims, through a bibliographic research, to categorize the difficulties for the insertion of students in higher education, considering the challenges of permanence and subsequent conclusion. Such research will contribute to evaluate and monitor the social, economic and cultural outcomes arising from its formative function and to offer policy alternatives aimed at improving its results in terms of social equity.

Keywords: Higher Education; Ticket; Permanence.

¹ Possui graduação em Fisioterapia pela Universidade Estadual da Paraíba (1984), mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual da Paraíba (2003) e doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção (2022). Atua como docente no curso de Fisioterapia, na área de uroginecologia e obstetrícia. Foi Presidente da Comissão Mista de Curriculização (CMC) da Universidade Estadual da Paraíba. Atualmente é Pró-Reitora e Presidente do Conselho Editorial de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba.

² Possui doutorado em Educación Especial pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (1991). Tem experiência na área de Educação.



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, diversos estudos e documentos têm sido desenvolvidos que destacam a importância da equidade social no acesso e retenção no ensino superior. No entanto, embora se reconheça que a equidade é um aspecto fundamental do Ensino Superior, a pouca disponibilidade de informações fez com que a maioria dos estudos não apresentasse um diagnóstico documentado de sua estrutura e condicionantes.

Esses fatores são, entre outros, aqueles relacionados ao funcionamento do sistema educacional, às políticas e programas das diferentes instituições públicas de ensino superior e, é claro, às várias desigualdades sociais e econômicas da sociedade brasileira. Por tanto, as condições de desigualdade dos níveis anteriores condicionam, em certa medida, as polaridades na distribuição de oportunidades no ensino superior.

O Banco Mundial (2002) aponta que no Brasil a educação é a variável mais importante para a compreensão da desigualdade de renda. De fato, as diferenças na educação dos pais têm um impacto na desigualdade social, que por sua vez determina a distribuição de oportunidades educacionais e, portanto, as possibilidades de equidade e mobilidade social.

Para compreender, então, a reprodução das desigualdades sociais no ensino superior, é preciso partir de quais são os resultados em termos de acesso e equidade no ensino fundamental e médio. A baixa cobertura e a qualidade da educação dos pobres no nível médio restringem sua trajetória educacional, o que se reflete em baixos resultados acadêmicos, o que, por sua vez, afeta o acesso e a permanência nas universidades públicas.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo categorizar as dificuldades para a inserção de estudantes no ensino superior, considerando os desafios da permanência e posterior conclusão. Assim, uma visão abrangente da equidade no acesso e permanência nas universidades públicas deve levar em conta os fatores que determinam a reprodução das desigualdades sociais nos processos educacionais.

Para isso, o presente estudo irá detalhar as seguintes seções: sistema de ensino superior e as universidades públicas, que almeja detalhar como o ensino superior lida com as questões de equidade de oportunidades para a sociedade;



a questão do acesso e da permanência, que busca discorrer sobre esses processos de entrada e manutenção do estudante nas universidades; por fim, são apresentadas, em seguida, as considerações finais

SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR E AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Para melhor compreender as condições de equidade social no acesso e permanência nas universidades públicas brasileiras, é necessário levar em conta alguns elementos mínimos de caracterização do sistema de ensino superior e o papel das universidades públicas.

O crescimento da demanda por ensino superior foi acompanhado no Brasil por um aumento na oferta educacional, pública e privada, que abrange vários tipos de instituições em diferentes regiões do país. No entanto, essa diversidade não se deveu a uma orientação clara da política educacional ou dos critérios de qualidade. Ao contrário, o que se consolidou foi um sistema educacional hierarquicamente segmentado, com diferentes circuitos de acordo com o nível de renda e a origem social dos alunos.

As universidades superam significativamente a participação de instituições de ensino superior não universitárias, não só no número delas, mas no número de candidaturas, quotas e estudantes inscritos. Dentro do subsistema nacional de universidades, a cobertura de matrículas mostra uma alta concentração geográfica, na qual cerca de 80% estão concentradas nas principais áreas urbanas do país (COSTA; SILVA, 2019).

Por outro lado, no que diz respeito à distribuição das matrículas de graduação por áreas do conhecimento, há uma grande participação de economia, administração, contabilidade e afins, além de engenharia, arquitetura, urbanismo e afins, como as áreas com maior concentração de matrículas, com quase 60% do total (COSTA; SILVA, 2019).

Isso significa que, dentro do subsistema nacional de universidades, a maior cobertura nas matrículas é de origem privada, embora existam diferenças importantes na distribuição das matrículas no ensino superior de acordo com a origem das instituições, entre os departamentos.



Na abordagem que é feita em termos de acesso às universidades públicas, verifica-se que há uma alta preferência por algumas universidades reconhecidas nacionalmente e uma baixa preferência por universidades regionais, que devem absorver boa parte das solicitações do sistema universitário oficial. Essa preferência pelo ensino superior público tem sido endossada ao longo da década, enquanto a demanda de interesse e valorização por ensino universitário privado diminuiu nos últimos anos (CARNEIRO; BRIDI, 2020).

Assim, uma universidade pública está comprometida com a democratização social das oportunidades de acesso e buscar equidade nesses termos requer o reconhecimento das diferentes condições sociais, econômicas e culturais dos candidatos às Instituições de Ensino Superior (CARNEIRO; BRIDI, 2020).

Sobre isso, Carvalhães e Ribeiro (2019) pontuam que:

[...] tendo em vista que os diferentes diplomas não são iguais em termos das vantagens que trazem para os diplomados, diferenças de acesso e conclusão entre os cursos universitários em termos de classe, gênero e raça podem produzir desigualdades entre esses grupos no mercado de trabalho, mesmo que seu acesso ao ensino superior em geral não seja marcado por desigualdades sistemáticas. Desse ponto de vista, tanto a desigualdade de acesso quanto a desigualdade no retorno econômico associado aos cursos concluídos são dois aspectos fundamentais para explicar a persistência das desigualdades entre os grupos sociais. Isso se torna ainda mais importante a medida que o país desloca sua composição educacional para níveis mais altos de ensino e investe quantidades significativas de recursos em diferentes políticas públicas voltadas para o nível de ensino superior (CARVALHARES; RIBEIRO, 2019, p. 197).

Assim, a equidade no acesso é orientada de modo que o esforço relativo que os atores têm que fazer para aproveitar a oportunidade, o bem ou o serviço seja aproximadamente igual, ou seja, fazer ajustes para equalizar as condições em que diversos requerentes podem chegar à oportunidade oferecida. Nesse sentido, a preocupação com a equidade no acesso vai além da questão da cobertura e envolve as diversas estratégias e mecanismos de seleção-admissão de estudantes (CARNEIRO; BRIDI, 2020).



A QUESTÃO DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA

Além dos atuais mecanismos e processos de admissão, algumas universidades têm desenvolvido programas de ação afirmativa que facilitam ou melhoram as condições de acesso ao ensino superior para estudantes nas piores condições socioeconômicas. Esses programas incluem mecanismos especiais de admissão, sem pontuações mínimas, admissão alternativa através de cursos pré-universitários e assim por diante. Embora a maioria das universidades públicas possua esses programas, eles têm baixa cobertura e são pouco diversificados e disseminados. Na maioria dos casos, não existem mecanismos de acompanhamento e avaliação para os programas ou para os estudantes por eles abrangidos (BARBOSA, 2019).

A permanência em uma instituição de ensino superior refere-se ao número ou proporção de alunos que continuam ou não se afastam da instituição de ensino entre um período e outro, recíprocos ao abandono escolar. Nas universidades públicas, programas de ações afirmativas têm sido desenvolvidos com o objetivo de fortalecer a permanência de estudantes com condições socioeconômicas relativas mais baixas (MOCELIN, 2020).

No entanto, embora quase todas as universidades tenham desenvolvido programas de ação afirmativa, a maioria deles não é muito abrangente, uma vez que estão mais orientadas para resolver o pagamento de mensalidades – o que, em geral, não constitui um impedimento significativo, dados os baixos custos do mesmo para estudantes com menos recursos nas universidades públicas – do que para garantir o sustento dos alunos em suas diversas dimensões (habitação, comida, textos, compensação cultural, etc.) (MOCELIN, 2020).

EM linha com essas percepções, Mendes (2014) pontua que:

A compreensão do mérito enquanto um atributo individual, diferenciável a partir do desempenho em provas padronizadas parece ser hegemônica nos dias de hoje. Entretanto, ao longo da análise dos critérios de ingresso à educação superior na história do Brasil foi possível identificar inúmeras mudanças ao longo do tempo (MENDES, 2014, p. 912).

Diferentemente da situação no acesso, a permanência pode ser influenciada por uma série de outros fatores, além das características socioeconômicas



e, portanto, acadêmicas dos estudantes. Estes podem ser a afinidade do aluno com a carreira em que se matriculou, o desempenho acadêmico e as oportunidades econômicas do aluno tanto para o pagamento de mensalidades quanto para seu apoio pessoal, o capital cultural anterior e o ambiente familiar de estudo que afetam o desempenho acadêmico etc. (BARBOSA, 2019).

Há muitos artigos que foram escritos sobre o assunto em questão. A questão a ser respondida é se a ajuda financeira aos estudantes em seus vários tipos (bolsas de estudo, ajuda alimentar, empréstimos, instalações de trabalho no campus) contribui para aumentar a probabilidade de que os estudantes, particularmente os pobres e pertencentes a grupos vulneráveis, entrem ou permaneçam na universidade. A literatura sobre o tema tem se concentrado em determinar o papel da ajuda financeira na admissão na faculdade e no papel desempenhado pelas restrições de crédito nas decisões de frequentar ou não o ensino superior.

Outro ponto é o efeito sobre a matrícula de negros que é importante, e ainda mais importante é o efeito sobre a decisão dos estudantes de permanecer no estado para o ensino superior. Cameron e Taber (2001) examinaram a importância das restrições de crédito na tomada de decisões sobre o ensino superior, levando em conta os custos diretos e de oportunidade da educação, que devem afetar as pessoas com restrições orçamentárias de forma diferente.

Esses autores descobriram que – depois de analisar as restrições de crédito usando quatro metodologias diferentes – não há evidências suficientes para garantir que as restrições de crédito existam no ensino superior. No entanto, duas coisas devem ser levadas em conta. A primeira é que a evidência não é direta, o que significa que nenhuma taxa de juros é observada em empréstimos do mundo real e, em segundo lugar, que os resultados não implicam que essas restrições não existiriam na ausência dos programas privados e públicos que existem atualmente nos Estados Unidos. Pelo contrário, conclui-se atualmente que, dado o elevado número de subsídios, não existem ineficiências causadas por restrições de crédito no mercado do ensino superior.

Na mesma linha, o trabalho de Carneiro e Heckman (2002) analisa a relação entre renda familiar e frequência universitária, para examinar a hipótese de restrição de crédito no ensino superior nos Estados Unidos. Os autores fazem uma distinção entre restrições de curto prazo (crédito) e fatores de longo prazo



que promovem ou desenvolvem a capacidade de um aluno, particularmente o ambiente familiar e a educação dos pais.

Ao examinar os argumentos que colocam as restrições de crédito como fator determinante na obtenção do ensino superior, e ao introduzir no modelo fatores de longo prazo implícitos nas famílias de alta renda, conclui-se que são esses fatores, e não os constrangimentos, que são verdadeiramente significativos para a compreensão da lacuna educacional entre as classes sociais (BARBOSA, 2019).

Nesse sentido, e levando em conta que apenas uma parcela da população possui restrições de crédito, e que, portanto, políticas educacionais (subsídios) "de base ampla" não têm efeito sobre a frequência universitária, propõem-se políticas educacionais que visem suprir a falta de fatores de longo prazo que desenvolvam a capacidade do aluno (ARAÚJO et al., 2019).

Keane e Wolpin (2001) procuram explicar em que medida e através de que mecanismos as diferenças entre o comportamento de transferência parental influenciam intergeracionalmente o nível de escolaridade dos jovens e em que medida as restrições de crédito afetam o nível de escolaridade. As estimativas mostram que as transferências feitas pelos pais para seus filhos criam incentivos importantes para a frequência escolar, mas essas transferências não têm efeitos significativos sobre as famílias com pais com baixos níveis de escolaridade.

Os autores concluem que a flexibilização das restrições de crédito não tem um grande impacto nas decisões de frequência universitária porque o canal através do qual os pais fazem transferências para a frequência universitária de seus filhos não é apoiado por restrições de crédito.

Em contexto brasileiro, Andifes (2019) cita que:

O sistema de universidades federais é um patrimônio de nosso povo. Elas representam uma das apostas mais significativas da sociedade brasileira no conhecimento, na ciência, na formação de recursos humanos, no desenvolvimento social e tecnológico, na cultura e nas artes. A educação pública é, desse modo, uma recusa sistemática do atraso e da ignorância, uma opção atual e de longo prazo pela civilização (ANDIFES, 2019, p. 65).

Para o caso brasileiro, Artes e Unbehaum (2021) mostraram que as variáveis domiciliares estão significativamente associadas à probabilidade de frequência ao ensino superior, embora em menor grau para a frequência à



universidade pública. Por outro lado, a oferta de vagas e o valor das mensalidades (em comparação com a da universidade privada) na universidade pública são vitais para a frequência nesse tipo de instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para melhorar as condições de equidade social no acesso - dado que os estudantes de setores sociais com menos capital econômico e cultural têm uma possibilidade relativamente menor de "competir" em ambientes com baixos níveis de absorção - são necessárias ações para melhorar a qualidade da educação secundária e básica nos estratos mais pobres, o que claramente transcende o campo de ação da universidade, e envolve a responsabilidade dos vários atores, instâncias e instituições que compõem o sistema educacional superior brasileiro, ou seja, a concepção e aplicação de políticas estatais na área de equidade social, que integram os vários esforços institucionais e a intervenção estatal.

O acesso ao ensino superior depende das condições de escolaridade dos níveis anteriores, particularmente dos resultados e dos fatores que o condicionam. Nesse sentido, mesmo que busque universalizar as possibilidades de acesso ao ensino superior, se não for possível influenciar os fatores que determinam os resultados (nível educacional dos pais, nível socioeconômico das famílias, qualidade do sistema educacional dos níveis de ensino fundamental, médio e médio, etc.), a tendência de superseleção de alunos com maiores capitais culturais e econômicos continuará, e, portanto, não serão alcançados maiores impactos em termos de equidade a esse nível.

Por outro lado, melhorar a equidade no acesso de estudantes com piores condições socioeconômicas exigirá a diversificação da oferta e o desenvolvimento de sistemas de bolsas de estudo. Isso implica também a consolidação de programas de ações afirmativas que tenham maior abrangência e impacto na admissão de estudantes.

Conclui-se que a permanência no ensino superior nas universidades públicas é determinada por fatores "estruturais" como a renda familiar, as habilidades que dependem das características das famílias e da qualidade do ensino médio.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). Carta de Vitória. **ANDIFES**, jul. 2019b. Disponível em: <Disponível em: <http://www.andifes.org.br/andifes-carta-de-vitoria/>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor et al. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 24, p. 722-743, 2019.

ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra. As marcas de cor/raça no ensino médio e seus efeitos na educação superior brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil?. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 24, n. 2, p. 240-253, 2019.

CAMERON, P.; TABER, G. Estimation of Education Borrowing Constraint using Returns to Schooling”, **NBER Working Paper, No. W7761**, June, 2001.

CARNEIRO, P.; HECKMAN, J. The Evidence on Credit Constraints in PostSecondary Schooling, **Discussion Paper No. 518**, IZA, June, 2002.

CARNEIRO, Luci Annee Vargas; BRIDI, Fabiane Romano. Políticas Públicas de Ensino Superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 146-158, 2020.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo social**, v. 31, p. 195-233, 2019.



COSTA, Camila Furlan da; SILVA, Sueli Maria Goulart. Novo neoliberalismo acadêmico e o ensino superior no Brasil. REAd. **Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 25, p. 6-35, 2019.

KEANE, M.; WOLPIN, K. Eliminating differences in School Attainment and Labor Market Success. En: **Journal of Labor Economics**, vol. 18, no. 4., 2000.

MENDES, Maíra Tavares. Acesso ao ensino superior no Brasil: problematizando a noção de mérito das escolas superiores oitocentistas ao Exame Nacional do Ensino Médio. In: **Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana**, 11, 2014, Toluca (México). Anais Toluca: El Colegio Mexiquense, 2014. Vol.1, p. 909-930.

MOCELIN, Cassia Engres. Uma análise marxiana da política de cotas no ensino superior público brasileiro. **Revista Katálysis**, v. 23, p. 101-110, 2020.